



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 3\$20

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Lisboa.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 360\$	Semestre . . . . .	200\$
A 1.ª série . . . .	140\$	» . . . . .	80\$
A 2.ª série . . . .	120\$	» . . . . .	70\$
A 3.ª série . . . .	120\$	» . . . . .	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional de Lisboa.

## ADMINISTRAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário do Governo» e que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

## PRESIDENCIA DO CONSELHO

### SECRETARIA DE ESTADO DA AERONÁUTICA

Direcção do Serviço de Material

#### Concurso público n.º 110/69 (material de refeitório).

Faz-se saber que no dia 4 de Setembro de 1969, pelas 15 horas, na Direcção do Serviço de Material da Força Aérea, Rua da Escola Politécnica, 42, em Lisboa, se procederá à abertura das propostas relativas ao concurso acima indicado.

Para admissão ao concurso deverá ser feito no conselho administrativo da Direcção do Serviço de Material um depósito no valor de 15 000\$.

O caderno de encargos encontra-se patente nesta Direcção (dias úteis, excepto sábados, das 13 às 18 horas; sábados, das 9 horas e 30 minutos às 12 horas) e também na União de Grémios dos Comerciantes do Porto.

Direcção do Serviço de Material, 7 de Agosto de 1969. — Por delegação do Director, o chefe da 4.ª Repartição, José Lourenço, tenente-coronel técnico aeronáutico. \*3496

Faz-se saber que nos dias e horas a seguir designados, na Direcção do Serviço de Material da Força Aérea, Rua da Escola Politécnica, 42, em Lisboa, se procederá à abertura das propostas relativas aos concursos seguintes, com indicação do objecto do fornecimento e do depósito a efectuar:

N.º 119/69 — Sobresselentes para motor Pratt & Whitney — 700 000\$ — 1 de Outubro de 1969, às 15 horas.

N.º 122/69 — Sobresselentes para aeronaves — 10 000\$ — 29 de Setembro de 1969, às 15 horas.

N.º 123/69 — Sobresselentes para aeronaves — 35 000\$ — 19 de Setembro de 1969, às 15 horas.

N.º 124/69 — Sobresselentes para aeronaves — 5000\$ — 2 de Outubro de 1969, às 16 horas.

Para a admissão a cada um dos concursos deverá ser entregue uma caução provisória no valor acima indicado, de acordo com o estabelecido no artigo 1.º do caderno de encargos respectivo.

Os cadernos de encargos encontram-se patentes nesta Direcção (dias úteis, excepto sábados, das 13 às 18 horas; sábados, das 9 horas e 30 minutos às 12 horas) e também na União de Grémios dos Comerciantes do Porto.

Direcção do Serviço de Material, 14 de Agosto de 1969. — Por delegação do Director, o Chefe da 4.ª Repartição, José Lourenço, tenente-coronel técnico aeronáutico. \*3552

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### SECRETARIA DE ESTADO DO TESOIRO

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

Direcção dos Serviços Administrativos

#### Aquisição de máquinas de contabilidade de tipo electrónico, com perfuradora de fita.

Está aberto concurso público para o fornecimento de máquinas de contabilidade do tipo em referência, na quantidade provável de cinco ou seis unidades.

As propostas deverão ser entregues até às 16 horas do dia 28 do corrente, no Serviço de Secretaria e Económico da Caixa, Largo do Calhariz, onde se prestam informações para este concurso.

Direcção dos Serviços Administrativos da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, 8 de Agosto de 1969. — O Director dos Serviços, Jorge Coelho. \*3495

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar

Por despacho ministerial de 7 do mês em curso:

Clube Náutico Torralta — aprovados os respectivos estatutos.

Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, 13 de Agosto de 1969. — Pelo Director, João Ataíde.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos

Repartição de Minas

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Indústria,

ouvido o Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Hidrologia), que, nos termos da condição 1.ª do artigo 31.º do Decreto n.º 15 401, de 17 de Abril de 1928, sejam aprovadas as alterações ao anteprojecto do balneário termal da nascente n.º 73, denominada «Caldas e Fonte Santa», situada na freguesia de Manteigas (S. Pedro), concelho de Manteigas, distrito da Guarda, apresentadas pela Federação de Caixas de Previdência — Obras Sociais, sua concessionária, mantendo-se as seguintes condições:

- 1.ª Iniciarem-se as obras dentro do prazo de seis meses, a contar da data da publicação desta portaria no Diário do Governo;
- 2.ª Serem apresentados na Repartição de Minas, dentro do mesmo prazo, os estudos de adução das águas termal e potável ao balneário e sua distribuição e também dos esgotos e seu tratamento.

Secretaria de Estado da Indústria, 23 de Junho de 1969. — O Secretário de Estado da Indústria, Rogério da Conceição Serafim Martins. (7588)

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Indústria, ouvido o Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (secção de Hidrologia), que seja prorrogado por mais seis meses, a contar da data da publicação desta portaria no Diário do Governo, o prazo para a entrega do projecto do balneário da nascente n.º 147, denominada «Termas de Santo António de Tavira», situada na freguesia de Tavira (Santiago), concelho de Tavira, distrito de Faro, como requereu a concessionária, Federação de Caixas de Previdência — Obras Sociais.

Secretaria de Estado da Indústria, 23 de Junho de 1969. — O Secretário de Estado da Indústria, Rogério da Conceição Serafim Martins. (7589)

Por despachos ministeriais de 15 de Maio de 1969:

Declarada abandonada, nos termos do n.º 1.º do artigo 90.º e artigo 93.º do Decreto n.º 18 713, de 1 de Agosto de 1930, ouvido o Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos, a concessão mineira n.º 2066, de urânio e estanho, denominada «Amieiro», situada na freguesia de Currelos, concelho de Carregal do Sal, distrito de Viseu, a qual não poderá ser requerida enquanto se mantiverem em vigor as restrições sobre minérios radioactivos.

Declaradas abandonadas, nos termos do n.º 1.º do artigo 90.º e artigo 93.º do

3.º trimestre de 1968, e bem assim os juros de mora, selos e custas do processo, sob pena de a execução seguir seus termos.

Repartição de Finanças do Concelho de Penedono, 29 de Julho de 1969. — E eu, *Luis Duarte Martins*, escrivão, o dactilografei.

Verifiquei. — O Juiz Auxiliar, *Rebeldino Da Mesquita Garcia*. \*3391

## FUNDAÇÃO DIONÍSIO PINHEIRO E ALICE CARDOSO PINHEIRO

### ESTATUTOS

(Aprovados por despacho ministerial de 5 de Maio de 1969)

#### TÍTULO I

##### Denominação, natureza, duração e sede

##### ARTIGO 1.º

A Fundação que se denomina *Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro*, instituída por disposição testamentária, é uma instituição particular de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica, e reger-se-á pelas disposições dos presentes estatutos e, nos casos omissos, pelas leis portuguesas aplicáveis.

##### ARTIGO 2.º

A Fundação é portuguesa, de duração ilimitada, e tem a sua sede na vila e concelho de Águeda.

§ único. A sede social não pode ser transferida para qualquer outra localidade.

#### TÍTULO II

##### Fins e âmbito das actividades da Fundação

##### ARTIGO 3.º

A Fundação propõe-se realizar como fins os seguintes:

- 1) Cultura;
- 2) Instrução;
- 3) Assistência.

##### ARTIGO 4.º

A Fundação realiza o seu fim cultural, considerado como principal, na organização, manutenção, conservação e enriquecimento de uma casa-museu a instalar na vila de Águeda, aliando ali todos os valores artísticos que *Dionísio Pinheiro* colecionou e mantinha aquando da sua morte, nas casas de habitação, situadas na Avenida dos Combatentes, 200, da cidade do Porto, e na Rua do Adro, da vila de Águeda, bem como outros valores artísticos que contribuem para o seu enriquecimento.

1) Anexo à casa-museu funcionará uma biblioteca, onde serão recolhidos todos os livros pertencentes a *Dionísio Pinheiro*, existentes na sua residência na cidade do Porto, bem como quaisquer outros que contribuam para a sua valorização.

##### ARTIGO 5.º

A Fundação realiza os fins de instrução nos termos seguintes:

- 1) Construindo na vila de Águeda, em local indicado por disposição testamentária, um edifício para o Ministério da Educação Nacional ali instalar um jardim-escola;
- 2) A instituição de dois prémios com a designação de *D. Alice Cardoso Pinheiro e Dionísio Pinheiro*, destinados a premiar anualmente os alunos de ambos os sexos que, na Escola Industrial e Comercial de Águeda, tenham obtido a mais elevada classificação.

#### ARTIGO 6.º

E realiza os seus fins de assistência:

- 1) Construindo, conservando e mantendo, em edifício anexo ao jardim-escola, uma cantina destinada a fornecer gratuitamente às crianças pobres que frequentem esta escola pelo menos uma refeição naqueles dias em que a mesma escola funcione;
- 2) Fornecendo a essas crianças agasalhos e calçado pelo menos uma vez por ano, na quadra do Inverno;
- 3) Dando assistência aos pais das crianças pobres que frequentam a referida escola, sempre que as condições económicas da Fundação o permitam.

#### TÍTULO III

##### Património

##### ARTIGO 7.º

O património da Fundação é constituído:

- 1) Com bens mobiliários e imobiliários e a quantia de 200 000\$ em títulos da Hidroeléctrica do Douro, legados pelo seu fundador em disposição da sua última vontade;
- 2) Com as quotas dos amigos da Fundação;
- 3) Com os bens doados pelos amigos da Fundação e por terceiros;
- 4) Com as doações, subvenções ou auxílios que lhes sejam atribuídos pelo Estado, câmaras municipais ou quaisquer outras entidades oficiais;
- 5) Com as receitas provenientes das visitas à casa-museu;
- 6) Com os rendimentos das propriedades que lhe pertencam;
- 7) Com as heranças e legados que lhe forem deixados;
- 8) Pelo produto da venda de imóveis nos termos da lei.

##### ARTIGO 8.º

As receitas da Fundação, que podem ser ordinárias e extraordinárias, serão levadas a dois fundos — fundo disponível e fundo de reserva —, para cada um dos quais se abrirá conta em qualquer instituição de crédito de Águeda.

##### ARTIGO 9.º

Constituem receitas ordinárias:

- 1) O produto das quotas dos amigos da Fundação;
  - 2) Os rendimentos dos bens da Fundação;
  - 3) As receitas das visitas à casa-museu.
- § único. As demais receitas, seja qual for a sua proveniência, serão consideradas como extraordinárias.

##### ARTIGO 10.º

O fundo disponível será constituído pelas receitas ordinárias e pelas extraordinárias, com excepção das referidas nos n.ºs 1) e 7) do artigo 7.º

##### ARTIGO 11.º

O fundo de reserva será constituído pelos bens mencionados nos n.ºs 1) e 7) do artigo 7.º, pela percentagem de 5 por cento sobre todas as receitas do fundo disponível e por 60 por cento do saldo do exercício, se o houver.

##### ARTIGO 12.º

Se por deliberação da assembleia geral e para satisfação de fins estatutários ou para se colocar em melhores condições de rentabilidade, podem ser levantadas e aplicadas as receitas que derem entrada no fundo de reserva, não sendo, porém, permitido reduzir esse fundo a menos de 5 por cento das receitas ordinárias do exercício do ano anterior àquela em que se façam essas levantamentos e aplicação.

#### ARTIGO 13.º

O rendimento da quantia de 200 000\$ referido no n.º 1) do artigo 7.º fica reservado à instituição de dois prémios anuais, sob a designação de *D. Alice Cardoso Pinheiro e Dionísio Pinheiro*, destinados a premiar os alunos de ambos os sexos que, na Escola Industrial e Comercial de Águeda, tenham obtido a mais elevada classificação.

#### ARTIGO 14.º

A Fundação poderá:

- 1) Adquirir e vender bens imobiliários, quer para as suas instalações e exercício das suas actividades, quer para aplicar mais produtivamente ou de forma menos avariada os valores do seu património, ouvida a assembleia geral, salvo sendo para satisfação de disposição testamentária, pois que em tal caso basta ouvir os membros do conselho de administração, mediante prévia autorização de quem de direito.

#### TÍTULO IV

##### Instalação e exercício das suas actividades

##### ARTIGO 15.º

A Fundação instalará:

- 1) A casa-museu em edifício próprio, a construir por *D. Alice Cardoso Pinheiro*, na qualidade de herdeira do fundador e como encargo da herança, no lote de terreno legado à Fundação e a desanexar dos terrenos sobranceiros da Quinta de S. Pedro, da vila e concelho de Águeda, localizado, por disposição testamentária, no ângulo sul-pcente;
- 2) Neste edifício, como anexa, ficará também instalada a biblioteca;
- 3) O edifício destinado ao jardim-escola e a cantina será mandado construir pela Fundação, que para tanto reservará 1/3 do produto da venda do prédio que em raiz lhe foi legado, situado na Avenida dos Combatentes, 200, da cidade do Porto;
- 4) O edifício referido no número anterior será localizado nos terrenos sobranceiros da Quinta de S. Pedro, já identificados;
- 5) O conselho de administração e o conselho fiscal reunir-se-ão em sessão na casa-museu, mas, enquanto esta não se encontrar construída, as respectivas sessões terão lugar no edifício da Avenida dos Combatentes, 200, da cidade do Porto;
- 6) Os amigos da Fundação reunir-se-ão, em assembleia geral, na casa-museu, mas, enquanto esta não estiver construída, as respectivas sessões terão lugar em local previamente determinado.

#### TÍTULO V

##### Amigos da Fundação, suas categorias, admissão, direitos e deveres

##### ARTIGO 16.º

A Fundação terá as seguintes categorias de amigos:

- 1) Efectivos;
- 2) Extraordinários.

#### CAPÍTULO I

##### Dos amigos efectivos

##### ARTIGO 17.º

Poderão ser amigos efectivos todos os indivíduos maiores de 18 anos, de ambos os sexos, portadores de bom comportamento moral e civil e que não tenham praticado actos que afectem o prestígio ou os interesses da Fundação.

1) A inscrição como amigo efectivo depende do preenchimento do respectivo boletim, do qual constarão, obrigatoriamente, os seguintes elementos: nome completo,



filiação, data do nascimento, naturalidade e residência.

2) A admissão como amigo da Fundação será decidida pelo conselho de administração e da sua decisão não há recurso.

#### ARTIGO 18.º

São direitos e deveres dos amigos efectivos:

1) Ingresso gratuito na casa-museu e biblioteca durante as horas de abertura ao público, mediante apresentação do cartão que lhe será entregue pelo conselho de administração aquando da sua admissão;

2) Apresentar à consideração do conselho de administração as sugestões, memórias ou propostas que julguem convenientes à melhor realização dos fins da Fundação;

3) Assistir, com direito de voto, às assembleias gerais e contribuir para o esclarecimento das questões que se discutirem;

4) Votar e ser votado para o provimento dos diversos cargos dos corpos directivos;

5) Ingresso das pessoas de família, mulher ou marido, ascendentes ou descendentes, na casa-museu e na biblioteca, utilizando os elementos de diversão e estudo que estas lhe proporcionem;

6) Pagar com regularidade a quota de 100\$ por ano, em duas prestações de 50\$ cada uma;

7) Contribuir para o prestígio da Fundação e fomentar, pelos meios ao seu alcance, o seu progresso e desenvolvimento;

8) Acatar as deliberações dos corpos directivos;

9) Servir, com zelo, os cargos para que forem eleitos ou designados;

10) Observar o disposto neste estatuto.

### CAPÍTULO II

#### Dos amigos extraordinários

#### ARTIGO 19.º

Amigos extraordinários são de considerar só e unicamente os indivíduos, de um e outro sexo, que forem indicados pelo fundador, na disposição da sua última vontade, para fazer parte do conselho de administração e do conselho fiscal.

#### ARTIGO 20.º

São direitos e deveres dos amigos extraordinários:

1) Isenção do pagamento da quota anual de 100\$;

2) Assistir, querendo, com direito a voto, às assembleias gerais e contribuir para o esclarecimento das questões que se discutirem;

3) As pessoas de família, mulher e marido, ascendentes e descendentes, têm ingresso na casa-museu e biblioteca, durante as horas de abertura ao público, independentemente do cartão referido no n.º 1) do artigo 18.º;

4) Contribuir para o prestígio da Fundação e fomentar, pelos meios ao seu alcance, o seu progresso e desenvolvimento;

5) Aceitar e desempenhar com zelo os cargos para que forem nomeados.

### CAPÍTULO III

#### Das penalidades

#### ARTIGO 21.º

As sanções a decretar aos titulares dos órgãos e aos amigos da Fundação são da competência da assembleia geral, com votação por maioria e em escrutínio secreto, e podem consistir:

- 1.º Advertência;
- 2.º Demissão.

§ único. Nenhuma destas penas terá aplicação sem comunicação prévia ao titular dos órgãos ou ao amigo da Fundação da falta de que é acusado, da sanção em que está incurso e dos motivos que a determinaram em carta registada com aviso de recepção. O facto de não apresentar a sua defesa no prazo que lhe for fixado, que não será inferior a vinte dias, deixa o respectivo corpo directivo, automaticamente, autorizado a decretar a penalidade prevista.

#### ARTIGO 22.º

A advertência, que ficará registada, por lembrança, em livro próprio, será aplicada por faltas leves, e em especial nos casos seguintes:

1) Violação dos estatutos por negligência e sem consequências graves;

2) Não aceitação do cargo para que haja sido nomeado ou eleito nos termos do estatuto, excepto se tiver obtido escusa.

#### ARTIGO 23.º

A demissão, que ficará registada em livro próprio, é aplicável em faltas mais ou menos graves, e designadamente nos seguintes casos:

1) Atraso injustificável do pagamento de dezoito meses de quotas, tendo o amigo da Fundação sido avisado do mesmo em carta registada;

2) Reincidência em procedimento contrário aos estatutos e regulamentos;

3) Condenação por qualquer crime considerado degradante ou infamante;

4) Verificação de que o amigo efectivo da Fundação não se encontra nas condições indispensáveis da sua admissão;

5) Preenchimento do respectivo boletim para efeito de admissão com falsas declarações conscientemente prestadas;

6) Provocação ou incitamento à desordem na sede da Fundação e nas suas dependências, quer por actos, quer por palavras;

7) Injúria ou difamação dirigida à Fundação, à memória do seu fundador ou aos corpos directivos;

8) Provocação de prejuízos morais ou materiais à Fundação, independentemente da indemnização pelos danos causados.

### TÍTULO VI

#### Dos corpos directivos

#### ARTIGO 24.º

A Fundação terá os seguintes corpos directivos:

- 1) Assembleia geral;
- 2) Conselho de administração;
- 3) Conselho fiscal.

#### ARTIGO 25.º

A duração do mandato dos cargos da assembleia geral, do conselho de administração e do conselho fiscal é de quatro anos.

1) A nomeação dos membros para o conselho administrativo e conselho fiscal, feita por disposição testamentária, é de duração vitalícia, não tendo, consequentemente, aplicação a regra do corpo deste artigo.

2) Mas, encontrando-se vaga a maioria dos lugares do conselho de administração ou do conselho fiscal, proceder-se-á à eleição para preenchimento dos cargos vagos, dentro dos sessenta dias seguintes à verificação do facto.

3) O mandato dos membros eleitos para os fins do número anterior durará até ao fim do quadriénio em que se verificarem as vagas.

#### ARTIGO 26.º

É gratuito o exercício dos cargos directivos.

#### ARTIGO 27.º

São eleitores e elegíveis para os cargos directivos todos os amigos da Fundação, de maior idade, que saibam ler e escrever e que tenham sido admitidos há mais de sessenta dias.

§ 1.º Não podem ser eleitores, nem elegíveis:

1) Os que não se encontrarem no pleno gozo dos seus direitos civis, políticos e estatutários;

2) Os que não tiverem as suas quotas em dia;

3) Os empregados remunerados da Fundação;

4) Os que tiverem contrato ou pleito com ela.

§ 2.º Não podem fazer parte do mesmo corpo directivo os parentes por consanguinidade ou afinidade em qualquer grau da linha recta e os irmãos.

#### ARTIGO 28.º

É permitida a reeleição para todos os cargos dos corpos directivos.

### CAPÍTULO I

#### Da assembleia geral

#### ARTIGO 29.º

A assembleia geral é constituída por todos os amigos da Fundação que possam ser eleitores.

#### ARTIGO 30.º

A assembleia geral é dirigida por um presidente e dois vogais, fazendo o mais novo destes de secretário.

1) O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo vogal que não exercer as funções de secretário.

2) Na primeira convocação tomará a presidência o amigo da Fundação mais antigo que estiver presente.

3) Os vogais serão substituídos nas suas faltas e impedimentos pelos amigos da Fundação escolhidos por quem presidir à assembleia.

#### ARTIGO 31.º

A assembleia geral funcionará em primeira convocação com a maioria, e em segunda, com qualquer número.

1) Entre a primeira e segunda convocação não poderá decorrer menos de uma hora, nem mais de oito dias.

#### ARTIGO 32.º

A convocação da assembleia geral far-se-á com antecedência não inferior a oito dias, por meio de aviso aos amigos da Fundação e de anúncio publicado pelo menos em um periódico da localidade, havendo-o.

#### ARTIGO 33.º

A assembleia geral terá reuniões ordinárias e extraordinárias.

1) Reunirá em sessão ordinária nos meses de Fevereiro e Novembro de cada ano, e em sessão extraordinária sempre que o conselho de administração ou o conselho fiscal o julguem necessário.

2) Na sessão ordinária a realizar em Fevereiro de cada ano a assembleia geral apreciará o relatório e contas da gerência do ano anterior, que serão sempre acompanhadas do parecer do conselho fiscal. E podem ser tratados nesta sessão quaisquer outros assuntos, desde que se tenham feito constar da respectiva convocatória.

3) A sessão ordinária a realizar em Novembro de cada ano deve ter lugar na 2.ª quinzena e votará o orçamento e o plano de actividades a apresentar pelo conselho de administração para o ano seguinte do seu mandato.

4) Havendo lugar à eleição dos corpos directivos, esta far-se-á na sessão ordinária da 2.ª quinzena de Novembro. Neste caso, na 1.ª quinzena de Dezembro realizar-se-á nova sessão ordinária, na qual o conselho de administração eleito apresentará, para apreciação e votação, o orçamento e plano de actividades para o primeiro ano do quadriénio para que foi eleito.

5) Nos anúncios convocatórios das sessões extraordinárias indicar-se-á o objectivo da reunião.

6) Sempre que a assembleia geral funcione como colégio eleitoral, o conselho de administração apresentará, com oito dias de antecedência, os respectivos cadernos eleitorais.

7) Estes cadernos, referidos no número anterior, estarão patentes aos amigos da Fundação até à véspera daquela sessão ordinária em que a assembleia geral funcione como colégio eleitoral.

#### ARTIGO 34.º

É proibida a discussão de assuntos alheios aos fins para que a assembleia geral é convocada.

#### ARTIGO 35.º

Finda a eleição, a realizar por levantados e sentados, serão proclamados eleitos os mais votados; no caso de empate preferirá o amigo da Fundação mais idoso.

#### ARTIGO 36.º

Das reuniões da assembleia geral será lavrada acta em livro próprio, a qual será lida para efeito de aprovação no fim da sessão.

§ único. A assembleia geral pode delegar na mesa a competência para redigir a acta, considerando-se esta desde logo aprovada na parte relativa às deliberações que foram tomadas.

#### ARTIGO 37.º

Nas sessões da assembleia geral deverá respeitar-se a seguinte ordem de tratados:

- 1) Leitura da convocatória;
- 2) Expediente da mesa da assembleia geral;
- 3) Discussão de qualquer assunto que interesse à Fundação, mas sem carácter deliberativo;
- 4) Ordem do dia.

#### ARTIGO 38.º

São atribuições da assembleia geral:

- 1) Eleger ou exonerar os corpos directivos de eleição;
- 2) Apreciar e votar o relatório e contas, o orçamento e o plano de actividades;
- 3) Discutir e votar a reforma destes estatutos;
- 4) Deliberar sobre a adopção de novas modalidades de assistência;
- 5) Autorizar a aplicação e despesas correntes de fundos capitalizados;
- 6) Autorizar a aquisição de bens imobiliários a título oneroso e a sua alienação por qualquer título;
- 7) Decretar as penalidades a aplicar aos titulares dos órgãos, bem como aos amigos da Fundação.

#### ARTIGO 39.º

Compete ao presidente da assembleia geral:

- 1) Dar posse aos corpos directivos;
- 2) Assinar as actas das sessões da assembleia geral;
- 3) Convocar as sessões da mesma assembleia, nos termos dos estatutos, e dirigir os trabalhos;
- 4) Rubricar o livro das actas da assembleia geral, assinando os termos respectivos;

5) Ordenar a passagem das certidões das actas ou seus extractos, quando seja caso disso e tanto for requerido.

#### ARTIGO 40.º

Compete ao secretário:

- 1) Preparar todo o expediente para as reuniões da assembleia geral;
- 2) Redigir as actas das sessões e passar certidões;
- 3) Dar expediente ao mais ordenado pelo presidente.

#### CAPÍTULO II

##### Do conselho de administração

#### ARTIGO 41.º

O conselho de administração é constituído por:

- Um presidente;
- Um secretário;
- Um tesoureiro;
- Dois vogais.

#### ARTIGO 42.º

Os cinco primeiros membros do conselho de administração foram nomeados por disposição testamentária, sendo o seu mandato vitalício nos termos do n.º 1) do artigo 25.º

1) As vagas deixadas pelos amigos extraordinários serão preenchidas pelos amigos efectivos, tendo sempre em consideração o determinado nos n.ºs 2) e 3) do artigo 25.º

2) Quando se encontrar vago o cargo de presidente do conselho de administração, assumirá a presidência o vogal mais idoso, o qual, no prazo de vinte dias, deverá comunicar o facto, por ofício, ao presidente da mesa da assembleia geral, que convocará, dentro de trinta dias, esta assembleia para a eleição do novo presidente.

#### ARTIGO 43.º

As deliberações do conselho de administração são tomadas por maioria de votos presentes, tendo o presidente voto de qualidade. As votações são nominais.

#### ARTIGO 44.º

Os cargos de secretário e de tesoureiro são da escolha do conselho de administração, mas entre os seus membros, enquanto as receitas da Fundação o contrário não permitirem.

1) Enquanto os cargos de tesoureiro e secretário forem exercidos por membros do conselho de administração, serão gratuitos.

#### ARTIGO 45.º

O conselho de administração tomará posse na 1.ª quinzena de Dezembro, tendo em consideração o já estatuído no n.º 4) do artigo 33.º

#### ARTIGO 46.º

A mesa deve reunir sempre que se torne necessário e obrigatoriamente uma vez em cada mês.

#### ARTIGO 47.º

São atribuições do conselho de administração, além de outras, as seguintes:

- 1) Cumprir e fazer cumprir os estatutos, os regulamentos e as deliberações da assembleia geral;
- 2) Representar a Fundação em juízo e fora dele, com a faculdade de nomear procurador ou delegar;
- 3) Administrar com zelo os haveres da Fundação;
- 4) Orientar todas as actividades da Fundação com vista a realizar os fins designados no artigo 3.º;
- 5) Aprovar ou rejeitar a inscrição dos amigos efectivos da Fundação e aplicar a

estes penalidades que venham a ser-lhes atribuídas pela assembleia geral;

6) Requerer a respectiva mesa a convocação de assembleia geral sempre que o considere necessário;

7) Apresentar à mesa da assembleia geral os cadernos eleitorais, nos termos do n.º 7) do artigo 33.º;

8) Elaborar o orçamento e o plano de actividades e apresentá-los à assembleia geral para os fins do n.º 2) do artigo 33.º;

9) Elaborar o relatório e contas para, com o parecer do conselho fiscal, serem presentes à assembleia geral na sessão de Fevereiro de cada ano, n.º 2) do artigo 33.º;

10) Elaborar os regulamentos internos necessários ao desenvolvimento das diversas actividades da Fundação e zelar pelo seu cumprimento;

11) Admitir e despedir empregados, fixar seus salários e vencimentos, regulamentar os serviços e fiscalizá-los, providenciando para que sejam sanadas as respectivas faltas;

12) Assistir à posse do conselho de administração que lhe sucede, assinando o respectivo auto ou termo, procedendo à entrega dos bens e valores da Fundação, mediante inventário;

13) Aceitar doações, heranças ou legados feitos à Fundação, desde que não impliquem encargos. Quando impliquem encargos para a Fundação será ouvida, quanto à aceitação, a assembleia geral;

14) Proceder às aquisições que se tornem necessárias ou convenientes à Fundação, incluindo as que contribuem para o seu enriquecimento, e autorizar o respectivo pagamento;

15) Organizar e ter sempre actualizado o inventário dos bens e suas existências;

16) Promover o cumprimento dos encargos provenientes das doações onerosas.

#### ARTIGO 48.º

Das reuniões do conselho de administração será lavrada acta em livro próprio, com termo de abertura e encerramento e as folhas rubricadas pelo presidente, devendo a mesma ser lida, para efeito de aprovação, no fim da sessão.

#### ARTIGO 49.º

Compete ao presidente do conselho de administração, além de outras:

- 1) Presidir às reuniões do conselho de administração e dirigir os seus trabalhos;
- 2) Convocar as reuniões extraordinárias do conselho de administração;
- 3) Promover tudo quanto for conveniente à realização do disposto no artigo 47.º;
- 4) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar todos os livros, além do mencionado no artigo anterior, mas com excepção do referido no n.º 4) do artigo 39.º;
- 5) Assinar juntamente com o tesoureiro as ordens de pagamento e os cheques para levantamento;
- 6) Assinar os cartões concedidos aos amigos da Fundação mencionados no n.º 1) do artigo 18.º;
- 7) Outorgar em nome da Fundação os contratos devidamente autorizados;
- 8) Exercer as mais atribuições que por delegação da mesa lhe pertencam.

#### ARTIGO 50.º

Compete ao secretário:

- 1) Orientar o serviço da secretaria e expediente;
- 2) Lavrar as actas das sessões, que serão devidamente assinadas pelos respectivos membros que assistam às mesmas;



3) Fornecer ao conselho fiscal ou a qualquer dos seus membros os elementos por eles solicitados;

4) Proceder, juntamente com o tesoureiro, ao inventário de todos os haveres da Fundação e tê-lo sempre em dia.

#### ARTIGO 51.º

Compete ao tesoureiro:

1) Arrecadar todos os fundos e rendimentos da Fundação;

2) Proceder à emissão e cobrança das quotas;

3) Satisfazer as ordens de pagamento, aprovadas previamente em reunião do conselho de administração;

4) Dar conta do estado da tesouraria ao conselho de administração e ao conselho fiscal, mediante balanços bimestrais, assinados por ele e pelo presidente do conselho de administração;

5) Ter sempre regularizados e em dia os livros de receita e de despesa;

6) Depositar à ordem da Fundação as verbas destinadas aos fundos disponíveis e de reservas, como se determina no artigo 8.º;

7) Passar e assinar recibo de todas as importâncias;

8) Assinar juntamente com o presidente as ordens de pagamento e os cheques para levantamento.

### CAPÍTULO III

#### Conselho fiscal

#### ARTIGO 52.º

O conselho fiscal compõe-se dos seguintes membros:

Um presidente;

Dois vogais.

1) Os membros deste conselho, nomeados por disposição testamentária, são, quanto ao exercício do cargo, de duração vitalícia, nos termos já referidos no n.º 1) do artigo 25.º

2) O presidente e vogais, quanto ao exercício do cargo, são escolhidos de acordo entre si, uma vez que a disposição testamentária se limitou a identificar as pessoas que deviam fazer parte do conselho fiscal.

3) Os vogais desempenham funções de 1.º e 2.º secretário.

4) No impedimento do presidente será este substituído pelo 1.º secretário, que, por sua vez, será substituído pelo 2.º secretário.

#### ARTIGO 53.º

Quando, por qualquer motivo, o número de elementos do conselho fiscal se torne definitivamente inferior a dois, deverá o membro do conselho em exercício comunicar o facto, dentro de vinte dias, e contar da última vaga, ao presidente da mesa da assembleia geral, para que este promova, dentro de trinta dias, uma sessão a fim de se elegerem novos elementos para completar o mesmo conselho.

#### ARTIGO 54.º

A responsabilidade das medidas tomadas pelo conselho fiscal incide sobre os seus membros individual e solidariamente.

#### ARTIGO 55.º

O conselho fiscal é obrigado a responder a todas as consultas que lhe sejam feitas pelos mais corpos directivos, em assuntos da sua competência.

#### ARTIGO 56.º

É admissível a recusa do exercício do cargo de membro do conselho fiscal, sem-

pre que este se torne incompatível com o estado de saúde ou por qualquer outro motivo alegado e atendível.

§ único. Em tal caso compete à assembleia geral conhecer e pronunciar-se sobre o requerido.

#### ARTIGO 57.º

O conselho fiscal reúne ordinariamente sempre que o seu presidente entender ou for solicitado por qualquer outro corpo directivo.

#### ARTIGO 58.º

Compete ao conselho fiscal:

1) Fiscalizar os actos da direcção e as contas, tendo o seu presidente a faculdade de assinar, com o presidente e o tesoureiro do conselho de administração, os balanços;

2) Assistir às reuniões do conselho de administração sempre que o julgue conveniente ou for para elas convocado;

3) Apreciar o relatório e contas, anualmente elaborados pelo conselho de administração, dando sobre eles o seu parecer por escrito;

4) Requerer a convocação da assembleia geral, sempre que o julgue necessário;

5) Fiscalizar a legalidade do acto eleitoral.

#### ARTIGO 59.º

O conselho fiscal é solidariamente responsável com o conselho de administração pelos actos deste sobre que tenha dado parecer favorável.

### TÍTULO VII

#### Disposições gerais e transitórias

#### ARTIGO 60.º

A Fundação, respeitando e observando os preceitos constitucionais, mantém-se absolutamente estranha a questões de ordem política e religiosa.

#### ARTIGO 61.º

A revisão e alteração destes estatutos, assim como as de qualquer regulamento aprovado pela assembleia geral, podem ser propostas à mesa desta assembleia para discussão e aprovação.

1) A proposta tem de ser assinada pelo conselho de administração ou pelo conselho fiscal.

2) O presidente da mesa convocará a assembleia geral expressamente para este fim, nos termos do artigo 32.º, mencionando-se na convocatória as alterações propostas.

#### ARTIGO 62.º

Só podem ser eleitos para os corpos directivos da Fundação os amigos efectivos desta, mas que sejam naturais do concelho de Águeda.

#### ARTIGO 63.º

Em caso algum a Fundação poderá fundir-se com outra ou qualquer associação.

#### ARTIGO 64.º

No caso de dissolução ou extinção da Fundação, todos os haveres terão o mesmo destino do não reconhecimento previsto na disposição testamentária, com excepção dos edifícios destinados ao jardim-escola e cantina, que ficam a pertencer ao Estado — Ministério da Educação Nacional.

#### ARTIGO 65.º

Depois do falecimento de D. Alice Cardoso Pinheiro e da sua sobrinha Ana Ferreira Pinheiro, compete à Fundação, por intermédio do seu conselho de administração, vigiar pela conservação do jazigo-capela do seu fundador, mantendo-o sem-

pre sob a sua guarda, se o contrário não for determinado pelo herdeiro do Sr. Dionísio Pinheiro.

#### ARTIGO 66.º

Logo que se verifique a instalação definitiva da casa-museu, será a guarda e conservação de todos os valores ou objectos artísticos ne'a existentes confiados a um guarda, de preferência casado, que por eles se tornará responsável e terá a sua residência em dependências anexas ao mesmo museu.

#### ARTIGO 67.º

O conselho administrativo, logo que a situação económica da Fundação o permitir, pode nomear uma conservadora da casa-museu, que deve ter os conhecimentos necessários para poder elucidar os visitantes quanto ao valor artístico dos objectos expostos.

#### ARTIGO 68.º

Completamente instalado o museu, deverá este, bem como a biblioteca, estar aberto quatro dias por semana, incluindo nestes os domingos, durante cinco horas em cada dia, sendo as entradas pagas, se o conselho de administração assim o deliberar.

#### ARTIGO 69.º

Compete ao conselho de administração efectuar e conservar devidamente actualizados o seguro dos edificios que a Fundação possui e todos os bens móveis e valores artísticos que ne'es existam.

#### ARTIGO 70.º

Os amigos da Fundação eleitos para os corpos directivos e os nomeados para quaisquer funções de direcção ou orientação só devem entrar em exercício depois de sancionada a eleição ou nomeação por quem de direito.

#### ARTIGO 71.º

É da competência do presidente do conselho de administração a convocação da assembleia geral, como colégio eleitoral, para a eleição dos primeiros presidente e vogais da mesma assembleia, devendo, quanto à constituição da mesa, observar-se o disposto no n.º 2) do artigo 30.º

#### ARTIGO 72.º

Na urbanização do terreno indicado pelo fundador para a construção dos edificios destinados à casa-museu e jardim-escola são de ter em consideração, em princípio, as negociações preliminares realizadas entre o mesmo fundador e a Câmara Municipal de Águeda, constantes da acta de 9 de Setembro de 1968, sem prejuízo de para tanto se dar conhecimento a quem de direito.

1008\*\*

### LIVRARIA ESTUDO, L.ª

#### Sede no Porto

Certifico que, por escritura lavrada no 4.º Cartório Notarial do Porto, a cargo do licenciado José Ferreira Paizão, no dia 22 de Julho corrente, no livro n.º 211-B, de fl. 29 a fl. 33 v.º, foi constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação acima referida, entre Joaquim da Silva Borges, Claudino da Silva Borges, Adelino António da Cunha Branco Escalante e D. Maria Alzira de Araújo Moreira, nos termos e sob as condições constantes dos seguintes artigos:

#### ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de Livraria Estudo, L.ª, e terá duração por tempo indeterminado.